



É pra fazer. É pra cuidar.

FL N° 212  
CPL PILAR

## Prefeitura do Município do Pilar

PROCESSO: 0619-0025/2020

PE-21.2/2020(2ª chamada)

**TERMO DE CONTRATO Nº 21/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR/AL/AL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A EMPRESA KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.**

**1 - CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE PILAR/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.200.158/0001-28, com sede administrativa na Praça Floriano Peixoto, s/n, centro, no município de Pilar/AL, Alagoas, representado por seu Prefeito, Sr. Sr. Renato Rezende Rocha Filho, brasileiro, estado civil, casado, inscrita no RG sob nº 99001228624 - SSP/AL e inscrito no CPF sob nº 037.492.714-61 SEDS/AL, domiciliado na cidade de Pilar/AL, doravante denominado CONTRATANTE.

**2 - CONTRATADA:** EMPRESA KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 71.256.283/0001-85, e, com sede na Rua Star, 420 – Jardim Canadá – Nova Lima/MG – CEP: 34007-666, nº 53, Telefone: (31) 3117-4400/(31) 99580-5431, E-mail: [bruna.campolina@konicaminolta.com](mailto:bruna.campolina@konicaminolta.com) [heyde.marques@konicaminolta.com](mailto:heyde.marques@konicaminolta.com) [bianca.grossi@konicaminolta.com](mailto:bianca.grossi@konicaminolta.com) devidamente representada por sua Representante Legal, o senhora Iara Vieira Coimbra Diniz Martins, portadora do RG Nº MG-10271-347, SSP/MG, inscrito no CPF Nº 048.998.076-78.

**3- INTERVENIENTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.405.124/0001-73, com sede administrativa na Av. Otacílio Cavalcante, nº 333, no município de Pilar/AL, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Pedro André Moraes Santos, doravante denominado INTERVENIENTE

#### 4. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

4.1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é um APARELHO DE RAIOS X, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 22.1/2020 e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

##### 4.1.2 Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Unidade	Marca/modelo	Quant.	Valor Unitário
01	APARELHO DE RAIOS-X FIXO DIGITAL COMANDO E GERADOR DE ALTA TENSÃO •Gerador de raios-x microprocessado, de alta frequência. •Potência mínima: 50 Kw. •Alimentação elétrica trifásica: 220/380 Volts - 50/60 Hz. (OBS.: A rede elétrica local disponível é trifásica, no	Unid	ALTUSDR LT 14X17	01	RS279.000,00

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633

✓



É pra fazer. É pra cuidar.

FL N° 213  
CPL PILAR

## Prefeitura do Município do Pilar

<p>caso de oferta de equipamento com necessidade diferente de trifásica, o fornecedor deverá incluir a devida adequação do equipamento).•Seleção de 40 a 150 kV ou maior. •Seleção de mA de até 500 mA ou mais. •Faixa de mAs de 0,5 ou menor até 500 ou maior. •Tempo de exposição mínimo de até 5 ms ou menor. •Tempo de exposição máximo de até 5 segundos ou maior. •Proteção térmica do tubo de raios-x. •Mostrador digital. •Controle automático de exposição (AEC). •Dispositivo indicador dosimétrico de radiação para indicação do produto área-dose (DAP) em <math>\mu\text{Gy.m}^2</math>. •Possibilidade de memorização de técnicas radiográficas pré-programadas. CABOS •Par de cabos de alta tensão. BUCKY MURAL •Deslocamento vertical de 100 cm ou maior. •Bucky com grade fixa de 103 linhas/cm ou grade oscilante de 40 linhas/cm. •Freios eletromagnéticos ou mecânicos. •Foco variável de 100 a 180 cm ou 100 a 140 cm. MESA FIXA COM TAMPO FLUTUANTE •Movimento transversal e longitudinal. •Bucky com grade fixa de 103 linhas/cm ou grade oscilante de 40 linhas/cm. •Capacidade de carga de no mínimo 200 kg. •Freios eletromagnéticos para os movimentos do tampo. •Dimensões aproximadas do tampo (C x L) de no mínimo 200 cm x 80 cm •Foco variável de 100 a 180 cm ou 100 a 140 cm. ESTATIVA PORTA TUBO DE RAIOS-X •Tipo chão-mesa, ou chão-chão, chão-teto ou teto-teto. •Movimento vertical de 120 cm ou maior. •Freios eletromagnéticos. •Rotação do braço porta tubo <math>\pm 90^\circ</math>. •Colimador luminoso com temporizador. TUBO DE RAIOS-X •Foco fino de no máximo 0,6 mm para maior qualidade da imagem. •Foco grosso de no máximo 1,5 mm para maior qualidade da imagem. •Capacidade térmica de anodo de no mínimo 200 KHU. •Capacidade mínima do tubo de raios x para até 150 kV. QUADRO DE ENERGIA TRIFÁSICO •Para alimentação elétrica e proteção do equipamento contendo no mínimo as proteções (disjuntor, fusíveis, filtro de linha, interruptor de corrente de fuga, contactor, dispositivo de proteção contra surtos classe II,</p>				
--	--	--	--	--

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633

R



É pra fazer. É pra cuidar.

FLNº 219  
CPL PILAR

## Prefeitura do Município do Pilar

<p>dispositivo liga/desliga, e dispositivo de desconexão de emergência). SISTEMA DIGITAL•Detector plano: Detector com cintilador de iodeto de cério (CsI) e dimensões de aproximadamente 35 x 43 cm; Matriz ativa de no mínimo 1990 x 2430 pixels ou maior; Profundidade da imagem pós-processada de no mínimo 14 bits; Tamanho máximo do pixel de 175 µm; Sistema digital operando com dois detectores móveis sem fio sendo um detector no bucky mural e um detector na mesa, que possibilite exames no bucky mural, no bucky da mesa ou fora da mesa. •01 console de aquisição, visualização e manipulação de imagens. •01 Monitor LCD de alta resolução com no mínimo 19" polegadas e sensível ao toque (touchscreen). •Estação de trabalho com configuração mínima: processador Core i5 (ou similar), 500GB de armazenamento Hard Disk e 4GB de memória RAM.</p> <p>•Inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo DICOM Worklist. •Permitir a gravação de imagens em CD/DVD. •Armazenamento de no mínimo 1.000 imagens radiográficas. •Possibilitar manipulação, impressão e transmissão de imagens digitais para um sistema PACS, através de uma estação de uso. •Permite a realização de exames panorâmicos de coluna total e membros, escanometria, entre outros;</p> <p>•Inclui licença de software de junção das imagens. •01 nobreak senoidal compatível com o sistema digital. SISTEMA DE IMPRESSÃO•Impressora de filmes a laser ou térmica para uso em radiologia geral e demais modalidades médicas. •Carregamento dos filmes a luz do dia em magazine com capacidade aproximada de 100 a 150 filmes.</p> <p>•Resolução máxima (tamanho do pixel) de 100 microns ou menor para demais modalidades médicas. •Resolução de impressão de no mínimo 300 dpi. •Resolução output de contraste de no mínimo 14bits. •02 gavetas com capacidade de trabalhar com os tamanhos de filmes (24cm x 30cm e 35cm x 43cm) ou mais tamanhos, ou tamanhos equivalentes; simultaneamente carregados no equipamento.</p> <p>•Incluso 3 caixas de filme no tamanho 24cm x</p>				
---	--	--	--	--

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633

N



É pra fazer. É pra cuidar.

FL N° 215  
CPL PILAR

## Prefeitura do Município do Pilar

30cm, ou tamanho equivalente. •Incluso 3 caixas de filme no tamanho 35cm x 43cm, ou tamanho equivalente •Controle automático da densidade do filme. •Conexão com equipamentos de DR ou outras modalidades através do protocolo DICOM 3.0. •Alimentação elétrica 110 V/60 Hz ou 220 V/60 Hz. •Nobreak senoidal compatível com a impressora.. OUTROS •Garantia integral de 12 meses, inclusive para o tubo de raios x. •Instalação inclusa. •Frete incluso. Treinamento operacional incluso para os técnicos de radiologia e demais especificações do edital.				
---	--	--	--	--

### 5. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

5.1.1 Este Termo de Contrato tem prazo de vigência até **31 de dezembro do corrente ano**, contados da data de sua assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### 6. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

6.1.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 279.000,00(Duzentos e setenta e nove mil reais).

6.1.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 7 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Alagoas, para o exercício de **2020**, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 0009- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função Programática: 10.301.0005.6005

Projeto/Atividade: 6005 MANUTENÇÕES DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Elemento de Despesa: 3.4.4.9.0.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

### 8 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

8.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633

N



## Prefeitura do Município do Pilar

8.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6 Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

8.6.1 Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

8.7 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

8.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

8.11 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

8.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

## 9 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

9.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

9.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



## Prefeitura do Município do Pilar

### 10 CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 O prazo de entrega do equipamento é de forma ÚNICA de acordo com a tabela do item 6.1 do anexo I (Termo de Referência) do edital, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

10.2 O equipamento será recebido provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e quantitativos constantes no Edital e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 11 CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 12 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1 São obrigações da Contratante:

12.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações e quantitativos constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

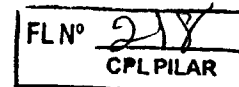
12.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633

N



## Prefeitura do Município do Pilar

12.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

12.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.3 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.3.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantitativos, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

12.3.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.3.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

12.3.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.3.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.3.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### 13 CLÁUSULA DECIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.2 Fraudar na execução do contrato;

13.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.4 Cometer fraude fiscal;

13.1.5 Não mantiver a proposta;

13.1.6 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

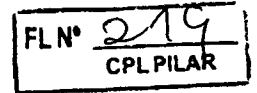
13.1.7 Obtiver vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

13.1.8 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

13.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas no Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008. 10.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633



## Prefeitura do Município do Pilar

13.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.2.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.

13.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.4 Para a aplicação das penalidades previstas serão levadas em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato conforme discriminado a seguir:

13.5 ADVERTÊNCIA ESCRITA, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao município. 6.1.2. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis Federais números 8.666/93 e 10.520/02, assim como em decreto regulamentador do pregão, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

13.6 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos: I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato; II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado; III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

13.7 A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

13.8 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.9 Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nas disposições legais citada.

13.10 Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram em outros ilícitos previstos em lei.

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633

K





## Prefeitura do Município do Pilar

### 14 CLÁUSULA ONZE – RESCISÃO

14.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

14.4 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 11.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3 Indenizações e multas.

### 15. CLÁUSULA DOZE – VEDAÇÕES

15.1.1 É vedado à Contratada:

15.1.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.3 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

### 16 CLÁUSULA TREZE – DOS CASOS OMISSOS.

16.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

### 17 CLÁUSULA QUATORZE – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 18 CLÁUSULA QUINZE – FORO

18.1 O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Pilar – AL.

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633

✓



**Prefeitura do Município do Pilar**

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo foi lavrado em vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Pilar (AL), 28 de Outubro de 2020.

**Renato Rezende Rocha Filho**  
**Prefeito**  
**CONTRATANTE**

IARA VIEIRA COIMBRA DINIZ MARTINS:04899807678  
Assinado digitalmente por IARA VIEIRA COIMBRA DINIZ MARTINS:04899807678  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB  
-CPF A3, OU=ALIC, OU=AR BRASILEIRAS CERTIFICADORA DIGITAL, OU=Assinantes,  
OU=2009082000144, CN=IARA VIEIRA COIMBRA DINIZ MARTINS:04899807678  
Resido: Eu sou o autor deste documento  
Data: 2020-10-27 18:29:03

**Iara Vieira Coimbra Diniz Martins**  
**Konica Minolta Healthcare do Brasil Indústria de Equip. Médicos Ltda**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1 \_\_\_\_\_ C.P.F N°

2 \_\_\_\_\_ C.P.F N°

Praça Floriano Peixoto, s/n, CEP: 57150-000, Centro - Pilar- Alagoas

Telefone: (82) 3265-1628- Fax:3265-1633